

Público

08-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Sociedade

Dimensão: 4739 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 a 4





FOTOS: VERA MOUTINHO



Onze mulheres mortas. O que fazer para acabar com isto?

Não são vítimas, mas têm uma palavra a dizer. De Boticas a Faro, oito mulheres falam na primeira pessoa sobre o que é preciso para pôr fim ao problema. Hoje é o Dia Internacional da Mulher

Rita Marques Costa

Desde o início do ano, 11 mulheres – mais uma criança de dois anos e um homem – perderam a vida às mãos dos parceiros, ex-companheiros ou familiares. A vítima mais recente, Ana Paula, de 39 anos, foi morta pelo marido em Vieira do Minho, distrito de Braga, a 6 de Março, véspera do primeiro dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica, que se assinalou ontem. O que se pode fazer para pôr fim ao flagelo? Foi esta a questão que levou o PÚBLICO a percorrer mais de 1500 quilómetros, de norte a sul do país, para ouvir as propostas de oito mulheres com diferentes profissões e histórias de vida distintas. Sugerem mais educação e mais atenção de todos aos sinais de relações abusivas. Pedem que se ouça mais as mulheres e que a justiça seja mais eficaz.

Em 2018, a PSP e a GNR receberam 26.439 queixas de violência doméstica. Mais de 800 suspeitos foram detidos (mais cem do que em 2017). A maioria das vítimas são mulheres.

Hoje celebra-se o Dia Internacional da Mulher.

“Os homens têm muito que aprender”

Mafra

Aldina Catarino, 58 anos
Dona de um café

O meu pai iniciou a actividade com uma taberna e uma mercearia. Os homens, por nada, batiam nas mulheres. Era horrível. O que ouvia dos meus pais era que a separação era impensável, porque era uma vergonha e ninguém aceitava. As mulheres tinham de se sujeitar a viver com eles até ao resto da vida. Eu ouvia os meus

pais dizerem que aquela levou pancada a vida toda.

Com o tempo, noto que o homem evoluiu muito pouco. Continua a ser muito machista, muito egocêntrico, eles é que sabem, eles é que mandam. Só que a mulher mudou. Já trabalha, já tem opinião, gosta de gerir a casa de outra maneira, gosta que o marido ajude.

A minha televisão está quase todo o dia a dar futebol. O telejornal muda-se logo. Não estou a dizer que eles não achem mal isto acontecer, mas depois começam a dizer: “Então, mas o que é que ela fez para merecer isto?” Claro que deve haver um ou outro que acha que não precisava de chegar a tanto... Não faz parte do dia-a-dia destas pessoas ver estes temas. Fora o futebol, é muito raro estarem atentas a outro tipo de coisas.

Também não ouço muito os homens no café a falar de violência doméstica. Quando estão todos juntos, é para beber. Quando falam nas mulheres, falam nelas para seu uso e para prazer e não por respeito. O tema principal não é esse.

Noto muito que o homem ainda é “eu é que mando” e a mulher está sempre em segundo plano. Conforme eles querem, da maneira que eles querem. A mulher é “aquela”, é a “minha”. Um bocadinho tratada assim...

Isto é uma aldeia e os homens ainda têm muito que aprender nesse aspecto. As mulheres, depende... Vivem aqui e também ainda não são muito independentes. “O homem tem sempre a última palavra e a gente tem de se calar.” Ouço uma ou outra dizer isso e não quer dizer que não estejam revoltadas, mas não têm coragem de se divorciar... Também devem ter vergonha da família.

Acho que isto devia mudar e nós, cidadãos, devíamos estar mais atentos a estas situações e denunciar.

Devia haver mais denúncia sem medo. E as autoridades deviam ter um peso diferente e penalizar mais as pessoas para que isto não aconteça. É nestas classes sociais, mas também nas outras.

“Não podes dizer ‘não consigo’. Não penses ‘não consigo’”

Seia

Lúcia Pessoa, 36 anos
Produtora de queijo

Temos aqui um meio muito pequeno e, por vezes, a mulher prefere sofrer. Para ela, quase é uma vergonha, porque as pessoas vão criticar. Por vezes, ela esconde-se porque tem vergonha de estar a passar por isso. Neste meio nota-se muito isso. Que as pessoas falam, que criticam... Acredito que existem muitas mulheres que sofrem e que não fazem nada com esse receio. Mesmo jovens. Acredito que há mulheres que preferem sofrer para não dar que falar.

Uma mulher, quando passa por isso, tem de ser forte e dizer basta. Tem de tentar ter alguém por perto para dar apoio. Sozinhas não conseguimos ultrapassar. Mas há casos e casos. Muitas mulheres não conseguem ser fortes. Depois começam a pensar no medo...

Também há mulheres que não conseguem ultrapassar a situação por terem filhos. Depois ficam a pensar “como é que eu vou conseguir viver só com o meu filho”, e vivem uma vida de sofrimento. Temos de pensar: “Eu vou conseguir e mereço ser feliz.” Ninguém merece ser infeliz.

Por vezes digo à minha família: “Não podes dizer ‘não consigo’. Não penses no ‘não consigo’. Não ponhas lá o ‘não’ e vais ver que vais ter bons resultados.” Muitas vezes digo isso à minha filha. Tem sido assim.



"A escola tem um papel importante"

Alcanena

Ana Cláudia Cohen, 50 anos
Directora do Agrupamento de Escolas de Alcanena

Sou mãe de três filhas. Acho que as mulheres são muito corajosas. É muito importante deixar vir ao de cima essa coragem e esse amor todo que têm sempre para dar. E não têm de ter medo. Têm de ser assertivas e dizer do que é que gostam e do que é que não gostam. Isso faz parte da vida, nós temos opções... Expressar um afecto de forma saudável e não deixar que o outro exerça o pseudo-afecto e o pseudo-amor de forma violenta e agressiva. Seja ela psicológica ou outra qualquer.

Questiono como é que é possível, com tanta informação, no século XXI, termos chegado a uma situação destas. Muitas vezes já houve tantos episódios antes e a pessoa continua a acreditar e a deixar-se ir. Enquanto mulher, o nosso papel é outro. Temos de saber dizer não e mostrar aos nossos filhos o que é uma relação saudável. Isso é um dever nosso. Quando mostramos só aquilo que é tóxico, naturalmente que os modelos se vão replicar. Estamos também a comprometer a vida deles. Temos de ser assertivos.

Nas escolas, sentimos que os alunos e as crianças trazem essas vivências cá para dentro. É muito frequente vermos algo que nos diz que houve violência sobre o aluno. E não precisa de ser física, pode ser psicológica ou violência na linguagem.

Às vezes, até a forma como os alunos falam connosco é sintoma de que em casa as coisas não correm da melhor forma.

A escola tem um papel muito importante nestas situações. Não só

na sinalização mas também em duas vias: a prevenção e a mediação. Há dez anos, era tudo mediação. Acontecia um caso e íamos tratar. Depois, havia um aluno que era mais violento e aplicávamos as medidas sancionatórias. Andávamos sempre a remediar. Neste momento, não. Já há um plano de acção concertado que também tem que ver com o programa de educação para a saúde e com o desenvolvimento da cidadania activa.

Formar os médicos

Coimbra

Teresa Almeida Santos, 53 anos

Directora do serviço de Medicina da Reprodução no Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra

Temos de ensinar toda a gente. É a primeira coisa. E não é só a educação das crianças na escola, é a de todos nós. E se aumentarmos o conhecimento, a literacia, o *awareness*, todos estaremos mais atentos. Tal como é preciso formar as forças policiais e assistentes sociais, seguramente também é preciso chamar a atenção dos médicos para este problema. Nós estamos habituados a lidar com a doença física, mas não com o mal-estar psicológico.

Claramente, nos cursos de Medicina também deverá haver um alerta para estas situações. Não diria que seja uma unidade curricular do curso, mas que faça parte de unidades curriculares transversais, de comunicações, de conferências, palestras, seminários... O que for para chamar a atenção dos jovens médicos também para este problema.

Os médicos, particularmente os de Medicina Geral e Familiar, que conhecem melhor as pessoas e o seu desen-

volvimento, têm de ter tempo de consulta e serem eles a chamar o problema. Não para perguntar directamente se a pessoa é vítima, mas para tentar perceber se está tudo bem e se há alguns sinais físicos ou até psicológicos que possam depois levar a uma investigação mais aprofundada. Mas claramente aí tem de ser o médico a procurar. Senão, muitas coisas vão ficar por dizer. Muitas passam por depressões, ansiedade, stress, problemas laborais, mas o que está no fundo se calhar não é isso... Se eles não falarem disso, as pessoas também dificilmente o revelam. Até porque têm vergonha, é um tabu, têm medo de represálias.

Sei que há muitas mulheres que sofrem em silêncio durante muitos anos e que não têm abertura nem facilidade para se queixar. Porque dependem economicamente dos maridos ou dos parceiros, porque têm medo de que se se queixarem seja pior. Tem de haver estratégias para apoiar estas pessoas. É inacreditável que se morra vítima de violência doméstica. Não pode ser. É preciso fazer alguma coisa muito rapidamente. Só posso sentir vergonha.

Se as mulheres sentirem que há uma rede social de apoio, acho que vão deixar de ter medo. O facto de sofrer em silêncio também é ser corajoso. É preciso coragem para sofrer em silêncio. É preciso dizer que isto não é banal, não é normal, não pode ser escondido. Vocês têm o direito, como todas as outras pessoas, a ter paz e tranquilidade em casa.

"É preciso estar atento"

Lisboa

Magda Cruz, 20 anos
Estudante de Jornalismo na Escola Superior de Comunicação Social



Aldina Catarino, Lúcia Pessoa, Ana Cúdia Cohen, Teresa Almeida Santos (da esquerda para a direita)

Chegou a uma altura em que, sim, tive conhecimento de um caso. A nossa reacção foi chamar nomes ao rapaz. Ele ficou em choque logo a seguir, mas não fez nada quanto ao assunto, e uma colega é que a levou ao hospital. Depois, ela andava a meter maquilhagem na cara. Acho que foi o contexto. O "deixa-me ver o teu telemóvel".

O que se diz? "Isso não te está a fazer bem. Olha que não mereces." Parece cliché, mas no caso não funcionou e pelo menos agora até parecem mais felizes. Mas é o parecer... Vamos mantendo um olho. No contexto havia álcool, mas isso não justifica nada.

Aqueles que têm a sorte de estar fora do acontecimento devem pegar na voz que têm e ir para a rua. É estar informados e informarem os outros. Depois disso, conseguem tomar decisões muito mais responsáveis. E ver: "Eh pá, onde estou a meter-me? Se calhar não é bem isto que quero para a minha vida. É melhor ver todos os ângulos... Não é por este homem não me querer ou não me tratar bem que a minha vida acaba." A vida até começa é agora. Aí é que a vida se torna mais entusiasmante, e não se pode deitar isso fora à pala de uma relação má.

Acho que tendencialmente estes casos acontecem com pessoas mais velhas. É um pouco estranho para mim. Nunca me aconteceu. Não sei se poderá vir a acontecer, mas é estar atento. Não sei como lidar com isso na primeira pessoa. Estando de fora e a ver de longe, acho que o mais correcto é tentar falar com ambas as partes. Tentar saber o que

aconteceu e, se permanecer, avançar com a polícia...

Na faculdade, o tema vem à baila no sentido de como é que nós, futuros jornalistas, podemos abordá-lo. Como é que se pode contar as histórias dessas pessoas? Vamos tentar fazer isso na manifestação de dia 8. Procurar histórias que não foram contadas ou não foram tão aprofundadas na perspectiva de consciencializar as pessoas do que é a violência doméstica.

Violência gera violência

Faro

Ester Serrão, 52 anos
Investigadora no Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve

Pelo menos nos contextos de violência doméstica de que tenho tido conhecimento, vê-se que há um certo determinismo que tem que ver com o contexto em que as crianças crescem. Se vêem estes exemplos em casa, como é que podem aprender outra coisa? Era importante que existissem formas de alterar este círculo vicioso. Os modelos com os quais as crianças se identificam têm de ser diferentes. Não podem ser violentos. Tem de haver este princípio muito rigoroso que é: não há agressão.

A principal sensação que tenho é que os agressores também são vítimas do contexto em que cresceram. Se tivessem tido um desenvolvimento harmonioso... Eu pensava muito isso nas escolas nas quais integrei associações de pais. Por exemplo, uma criança que agride também é vítima muitas vezes, porque pode estar com imensos problemas.

Devia haver uma consciencialização de toda a gente de que, por muito que as pessoas se descontrolam e estejam zangadas e percam a cabeça,



não pode haver este tipo de actuações. Isso parte da educação.

É preciso formar as famílias. A educação é a solução para muitos males da nossa sociedade. Quando as famílias vão ter o primeiro filho, há uma série de formações sobre como é que se dá o banho ao bebé, por exemplo. Pois é muito importante fazerem, também, formação sobre atitudes. O que fazer quando há desacordos, quando há maus comportamentos, quando vêem violência?

“Temos de nos aplicar mais”

Mora

Susana Esteban, 49 anos
Produtora de vinhos

Todos os anos há casos de violência doméstica em Espanha (o país onde nasci). Não tem vindo a decrescer,

não é um problema que esteja solucionado, e acho que não está em vias de ser solucionado. Infelizmente, é um problema que existe em Espanha, como também existe em Portugal. É muito grave e é incompreensível como é que ainda continua a existir. Faz-me imensa confusão. Nunca conheci alguém que tivesse sofrido este tipo de violência. Não sei o que seria capaz de dizer.

Aliás, é difícil dizer o que fazer para lidar com este problema. A educação é importante. Temos de nos aplicar mais nessa parte. Mas, tirando isso, sinceramente não tenho mais respostas e não sei se há muitas pessoas que as tenham.

Na minha área (enologia) nunca senti discriminação por ser mulher. Mas é um mundo masculino. Em 20 anos já podiam ter aparecido muitas mais mulheres enólogas. Estou sempre a dizer que gostava que houvesse mais mulheres. Eu sou a única com o

prémio enólogo do ano e foi em 2012 – já passaram sete anos e ainda não deram a mais nenhuma mulher.

“O requerido deu um tiro na requerente”

Boticas

Guida Vaz Nunes, 67 anos
Advogada

Vim do Brasil para Portugal nos anos 80. A minha primeira cliente em Boticas foi um caso de violência doméstica. Ela tinha um marido que não fazia nada e ela sustentava toda a casa. Os filhos e as irmãs achavam que ela tinha de dar o basta naquilo. Veio falar comigo para eu tratar do divórcio. Também tinha já uma queixa-crime porque ele ia para a porta da escola tratá-la mal e injuriá-la a dizer que andava amantizada com outro funcionário... Fui pedir um arrolamento dos bens porque ela queria as coisas

Magda Cruz e Ester Serrão (em cima); Susana Esteban e Guida Vaz Nunes (em baixo)

que tinha deixado em casa. Pedi aqui como preliminar do divórcio e chego toda contente no tribunal, que era aqui em frente, e disse ao funcionário: “Vamos fazer o arrolamento!” Ele virou-se e disse: “Ó doutora, não há arrolamento. O requerido deu um tiro na requerente. O requerido fugiu e a requerente está no hospital.” Eu achei que ele estava a gozar, porque estava cá há pouco tempo, mas era mesmo verdade. Naquela altura não se falava como se fala hoje em violência doméstica. Foi uma coisa que marcou muito.

Eu tenho muita admiração por aquelas mulheres que são capazes de deixar tudo para trás. No tempo da minha mãe, eu entendia que uma mulher aceitasse este tipo de coisas.

Não tenhamos dúvidas de que as mulheres estão melhor em Boticas agora do que há 20 anos. Eu tinha pessoas que só vinham procurar-me por eu ser advogada brasileira. Também sei que muita gente não me procurava por eu ser mulher. Não era tanto pelo facto de eu ser brasileira. Diziam mesmo: “Ela é mulher, ela não presta.” Isso sei eu. Disseram-me muitas vezes.

Acho que a grande mudança que podemos conseguir tem de ser através do barro que temos na mão: as crianças e os jovens.

Eu fico doída quando vejo que não sei quantos jovens admitem que sofreram violência no namoro. Pelo amor de Deus! Eu não admito que soframos de violência no namoro. Se sofrermos de violência no namoro, vamos sofrer de quê no casamento? Tem de se dar educação.

rita.costa@publico.pt



163

mulheres subscreveram uma carta aberta pelo fim da violência doméstica. Pedem uma estratégia "efectiva" contra este crime. Carminho, Catarina Furtado, Leonor Belez e Constança Urbano de Sousa são apenas algumas das signatárias

Penas mais pesadas? “Não é esse o caminho”

Entrevista Ana Henriques

Foi sua a sugestão de que se assinalasse, pela primeira vez, um dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica. E na Presidência do Conselho de Ministros, como em vários outros locais, fez-se ontem um minuto de silêncio, dia em que o Governo aprovou um conjunto de recomendações para lidar com este crime e garantir mais apoio às vítimas. As propostas, diz a ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Mariana Vieira da Silva, serão agora analisadas por uma equipa técnica multidisciplinar liderada pelo procurador Rui do Carmo. Em três meses, deverá apresentar medidas. **Muitas mulheres têm morrido em contexto de violência doméstica. O que fazer para acabar com isto?**

Uma das coisas que é preciso é conhecer os números ao detalhe, e essa é uma das missões da comissão técnica multidisciplinar criada recentemente. Quando olhamos para os dados dos últimos anos, verificamos duas coisas: de há dez anos para cá houve uma redução, mas depois houve uma estabilização dos números. Temos alargado a rede de apoio a estas famílias e temos experiências muito bem-sucedidas, mas também problemas de relação entre os diferentes intervenientes do processo. Sejam as forças policiais, seja a rede nacional de acompanhamento, seja o Ministério Público. O nosso foco é melhorar essas interligações. Coisa que se faz com troca de informação, com a harmonização de conceitos e com a criação de plataformas comuns. Por outro lado, os relatórios também identificam [como problemática] a questão do apoio nas primeiras 72 horas após a apresentação da queixa da vítima por violência doméstica. Vai ser sobre essas 72

horas que procuraremos agir. **Um dos anúncios do Governo relaciona-se com a criação de gabinetes de apoio às vítimas nos Departamentos de Investigação e Acção Penal (DIAP). Mas nem todos terão condições para isso, em especial os que abrangem grandes áreas populacionais.**

Assinamos protocolos com a ministra da Justiça e organizações não governamentais para alargar esses gabinetes a mais seis DIAP. A capacidade de alargamento depende de eles terem equipas específicas para esta área. A ideia não parar por aqui.

A secção do DIAP de Lisboa especializada na violência doméstica tem, neste momento, três procuradores ao serviço. Só um deles é perito neste crime. Temos noção de que existe uma carência de especialização, por isso a prioridade é formar e especializar mais pessoas. A comissão técnica multidisciplinar ficou de assegurar que a formação aos intervenientes nestes processos tenha módulos comuns aos magistrados, às forças policiais e à rede de apoio às vítimas. Através dos fundos comunitários teremos 6,5 milhões de euros para formação específica.

O procurador que no Tribunal de Almada trata destes crimes tem 600 processos em mãos. Pode ser responsabilizado se num deles ocorrer um homicídio?

A perspectiva não é de responsabilizar individualmente os intervenientes. O sistema de sinalização de vítimas também tem de permitir aferir da gravidade de cada queixa, nem todas são iguais. Existem classificações que permitem diferenciá-las. O acompanhamento que se segue à queixa deve seguir também esse nível de gravidade.

Em Espanha este tipo de agressores passou por regra a ser preso preventivamente. Será um caminho a seguir? Segundo a generalidade dos



“O quadro legal que temos é o adequado”, diz a ministra

relatórios [de avaliação], o quadro legal que temos é o adequado, possuindo os mecanismos necessários para afastar o agressor da vítima. Não temos prevista neste momento nenhuma mudança nessa área.

Mas já admitiu fazer mudanças cirúrgicas na lei.

Não quer dizer que a equipa de trabalho multidisciplinar não venha a sugerir algumas dessas alterações. Mas a nossa ideia é a de que o quadro legislativo é robusto, não carece de nenhuma medida fundamental. Uma das coisas incluídas na resolução aprovada em Conselho de Ministros é a possibilidade de viabilizar, no quadro da nossa Constituição (que proíbe tribunais especializados por crime) soluções destinadas a permitir que, num mesmo tribunal de competência mista, possam ser

judgadas matérias de responsabilidade parental, violência doméstica e maus tratos. **Está portanto posto de lado um endurecimento das penas, como defende o CDS?**

Na perspectiva do Governo, não é esse o caminho. As penas existentes são as adequadas para responder ao problema. **É comum as vítimas contarem o que lhes aconteceu quando apresentam queixa na esquadra mas mais tarde não o fazerem perante magistrados judiciais. E a lei só permite validar estas declarações iniciais para efeitos de julgamento com o consentimento do arguido. Não será preciso alterar esta disposição legal?**

Estão a ser estudadas medidas para que o registo inicial dessa queixa seja mais completo e possa passar

a ser usado [em tribunal].

Outro problema é a retirada de pulseiras electrónicas a condenados por violência doméstica por os juizes terem fundamentado mal a sua aplicação.

A lei tem potencialidades para resolver o problema. A formação dos magistrados neste tema é muito importante.

Surpreendeu-a a dimensão que ganhou o caso do juiz Neto de Moura?

Resulta da crescente consciencialização da sociedade portuguesa em relação a este crime e da menor tolerância relativamente a discursos passados, antigos. Estamos a assistir a um maior escrutínio das decisões e a uma sociedade que evoluiu, o que é positivo. Mas também sabemos que ainda há trabalho a fazer, por exemplo na questão da violência no namoro e na forma como nas gerações mais jovens ainda persistem práticas que já podiam estar ultrapassadas. **Se fosse vítima de violência doméstica, sentir-se-ia segura caso o seu processo fosse parar às mãos do juiz Neto de Moura?**

O facto de termos criado uma equipa para analisar os casos que correram mal deve servir para corrigir, mas não para desvalorizar toda a rede de acompanhamento. Quando uma mulher apresenta queixa, deve sentir-se segura, porque na generalidade dos casos corre bem. E a confiança no sistema é fundamental para que as mulheres se queixem. No resto do debate não vou entrar. Nos últimos anos aumentámos o orçamento da rede de protecção das mulheres, que era cerca de quatro milhões e agora passou a cerca de seis. Aumentámos o número de casas-abrigo e de formas de atendimento. Houve 11 mil atendimentos no ano de 2017 e isso significa que estas mulheres tiveram uma resposta.

abhriques@publico.pt